

ESTRUTURAS DE CONTROLO OBRIGATÓRIO DE SUJEITO EM ORAÇÕES INFINITIVAS UMA PERSPETIVA COMPARATIVA ENTRE O PORTUGUÊS EUROPEU E O INGLÊS

Mariana Ribeiro¹

up201506552@letras.up.pt

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO (PORTUGAL)

RESUMO. Com este trabalho pretende-se fazer uma descrição sintetizada de estruturas de controlo obrigatório de sujeito da oração subordinada a sujeito da oração subordinante e a forma como elas funcionam em Português e em Inglês. Para isso, abordar-se-ão questões como a da subordinação completiva e a do sujeito nulo em ambas as línguas com vista a refletir brevemente sobre o processo de aquisição de estruturas de controlo nas duas línguas; tentar-se-á sistematizar os tipos de verbos que entram neste tipo de construções e que licenciam o fenómeno de controlo obrigatório de sujeito da oração infinitiva a sujeito da oração principal.

PALAVRAS-CHAVE. Controlo Obrigatório, Subordinação Completiva, Sujeito Nulo, Oração Infinitiva.

ABSTRACT. The main purpose of this paper is to make a summary description of the obligatory control structures by the subordinated subject to the matrix subject and to see the way that they work in Portuguese and in English. To do so, we will refer to completive subordination with to-infinitive and to the phenomenon of null subject in order to briefly refer the process of acquisition of a control structure in both languages and systematize the types of verbs that enter in this type of structures and legitimize the control by the subject of the infinite clause to the subject of the matrix clause.

KEY-WORDS. Obligatory Control, Subordination with to-infinitive, Null Subject, Infinitive Clause.

1. Introdução

As estruturas de controlo são um tema que há muito tem suscitado uma particular atenção no quadro da sintaxe generativa.

Este tema está intimamente relacionado com a subordinação completiva e também com o sujeito nulo das línguas em análise.

¹ Estudante do 1.º ano do Mestrado em Linguística.

O Português Europeu é uma língua que responde positivamente ao Parâmetro do Sujeito Nulo, ou seja, em frases finitas, esta língua pode apresentar sujeitos nulos. O Inglês, por seu lado, é uma língua de sujeito não nulo, pois não apresenta sujeitos nulos no mesmo tipo de frases.

No entanto, apesar de estas duas línguas se comportarem de maneira diferente relativamente a este parâmetro em frases finitas, comportam-se da mesma forma no que ao sujeito de uma oração infinitiva não flexionada diz respeito, ou seja, em ambas as línguas o sujeito da oração subordinada pode ser nulo e controlado por um argumento da oração principal.

Com base nisto, iremos analisar orações infinitivas não flexionadas que contenham um sujeito que seja obrigatoriamente controlado por um argumento da oração principal, mais concretamente, pelo sujeito da oração subordinante.

A noção de controlo de que falaremos neste trabalho corresponde à noção de controlo de que se fala em Chomsky (1982), em que o linguista começa por fazer uma distinção entre estas estruturas e as estruturas de elevação. Neste quadro, considera-se que as seguintes questões possam ser, e têm sido, colocadas:

- 1) como é que estas construções estão representadas no conhecimento sintático de uma criança?
- 2) há razões para postular a existência de um sujeito na oração subordinada?
- 3) que tipo de verbos é que licenciam as construções de controlo nas línguas?

Iremos focar-nos nos casos de controlo obrigatório de sujeito da oração infinitiva a sujeito da oração principal para podermos fazer uma análise mais direcionada e pormenorizada na comparação das duas línguas.

Salientar-se-ão alguns dados relativos ao processo de aquisição de estruturas de controlo obrigatório em Português² e em Inglês, tentando destacar os casos de controlo obrigatório de sujeito, para perceber quais são os tipos de verbos que selecionam este tipo de construções e que emergem nas primeiras realizações de discursos espontâneos de crianças.

Partir-se-á das descrições sintáticas do Português e do Inglês presentes na literatura consultada para se poder comparar o comportamento deste fenómeno nas duas línguas e salientar algumas particularidades que permitem aproximá-las e também distingui-las.

² O presente trabalho irá focar-se essencialmente na variedade europeia da língua.

Existem diferentes tipos de construções sintáticas em que podem surgir estruturas infinitivas, como apontam Barbosa & Raposo (2013): as construções de controlo, as construções de elevação, as construções de união de orações, as construções de reestruturação e as construções de infinitivo preposicionado. Neste trabalho iremos focar-nos nas construções de controlo, mais concretamente, nas construções de controlo obrigatório, das quais falaremos mais adiante na secção 3.

As construções de controlo são um dos casos de orações em que surge o infinitivo simples. Nestas construções não temos um sujeito realizado foneticamente, no entanto, ele é implícito, porque contém conteúdo semântico; uma questão importante para o estudo deste tema é definir exatamente o estatuto desse sujeito.

Como iremos verificar, este sujeito ou se assemelha a um pronome anafórico ou a um pronome arbitrário, mas não pode confundir-se com o sujeito pronominal nulo porque este determina a concordância verbal em pessoa/número e depende dessa concordância para se poder identificar e interpretar.

Ora, nas orações com infinitivo simples, não temos traços nem de pessoa nem de número que nos permitam identificar um sujeito nessa oração, mas temos na oração subordinante um argumento que se pode recuperar e determinar a interpretação do sujeito da oração infinitiva. Diz-se, por isso, que o sujeito da oração infinitiva é controlado por um argumento da oração subordinante que, neste caso, será o sujeito, sempre que a referência de ambos os sujeitos for a mesma. Nestes casos, é estabelecida uma relação de controlo obrigatório de sujeito a sujeito que emerge pelo facto de a estrutura ser uma estrutura infinitiva.

De acordo com Chomsky (1982), apesar de o sujeito da oração infinitiva corresponder a uma categoria vazia, por não conter conteúdo fonológico, ele é identificado como um PRO. Isto deve-se ao facto de que, mesmo sendo uma categoria vazia, ela se comporta de diferente forma comparativamente a outras categorias vazias.

Os tipos de verbos que licenciam estas construções e que possibilitam o controlo de sujeito da oração subordinada a sujeito da oração principal pertencem a várias classes semânticas, mas o que têm que ter em comum, como iremos ver mais adiante, é o facto de selecionarem pelo menos dois argumentos.

Verificar-se-á o fenómeno de controlo obrigatório com alguns destes verbos, tanto em Inglês como em Português, tentando começar, dessa forma, a estabelecer uma pequena comparação e também uma distinção relativamente àquilo que acontece nas duas línguas.

Na secção 2, faremos um breve enquadramento teórico e no desdobramento dessa secção iremos começar por apresentar os tipos de estruturas em análise no nosso trabalho e, posteriormente, o tipo de sujeito que figura nessa estrutura.

2. Enquadramento teórico

2.1. Subordinação completiva

Como dissemos no início deste trabalho, consideramos que um dos temas a que as estruturas de controlo estão associadas é à subordinação completiva.

As orações subordinadas completivas, que, na terminologia tradicional, pertencem às orações subordinadas substantivas, correspondem a orações que podem desempenhar as funções sintáticas de sujeito (em Português, (1a) e (1d)); em Inglês, (2a)) ou de complementos (em Português, (1b) e (1c); em Inglês, (2b) e (2c)). Vejamos os exemplos, todos apresentados em Santos (2017) e em Haegeman & Guéron (1999):

- (1) a. Surpreende-me [que a Teresa falte à aula].
b. O João disse à Maria [para comer a sopa depressa].
c. A criança quer [comer a sopa depressa].
d. [(Eles) Reconstruírem a muralha] desagradou à oposição.
- (2) a. [To buy these books now] is important. (Haegeman & Guéron 1999: 388)
b. I asked John [to buy it]. (Haegeman & Guéron 1999: 388)
c. The child wants [to eat the soup quickly]. (adaptado de Santos 2017)

Em Português, estas orações podem ser finitas (1a), infinitivas não flexionadas (1b, 1c) ou infinitivas flexionadas (1d). As orações completivas finitas são geralmente introduzidas por um complementador *que* (como podemos observar em (1a)). No entanto, as completivas infinitivas também podem ser introduzidas por um complementador *para* (como se pode observar em (1b)) ou a posição de complementador pode não ser preenchida, como em (1c) e em (1d).

O tipo de orações que nos interessam são as equivalentes a (1c), ou seja, as orações não finitas ou infinitivas não flexionadas sem complementador.

Problematizaremos a questão de saber se numa frase como (1c) há razões para considerarmos a existência de um sujeito e se esse sujeito é um sujeito diferente ou se será o mesmo que o da frase matriz.

Apresentados alguns aspetos gerais sobre a subordinação completiva em Português, correspondente às *to-infinitive clauses* em Inglês, iremos apresentar na subsecção seguinte outro tema que deve ser abordado quando se trata das construções de controlo: o sujeito nulo.

2.2. Sujeito nulo

2.2.1. Sujeito nulo em orações finitas

O Português é uma língua que admite a omissão de sujeito em orações finitas, ou seja, em orações cujo verbo surge num tempo finito e nas quais podemos identificar o sujeito através das marcas de tempo/modo/aspeto e de pessoa/número, como podemos observar no exemplo (3).

É possível recuperar a informação acerca do sujeito devido ao facto de o Português, mais concretamente, o Português Europeu, apresentar uma morfologia verbal rica. Isto é o que nos permite afirmar que o Português é uma língua de sujeito nulo, sendo positivamente marcada em relação ao Parâmetro do Sujeito Nulo³.

(3) Dei uma flor à Maria.

O Inglês, por seu lado, não admite a omissão de sujeito em orações finitas devido às praticamente inexistentes marcas de tempo/modo/aspeto e de pessoa/número na língua.

Contrariamente ao Português, o Inglês não nos fornece informação acerca do sujeito nas desinências verbais devido ao facto de apresentar uma morfologia verbal pobre. Isto é o que nos permite afirmar que o Inglês não é uma língua de sujeito nulo, sendo negativamente marcada em relação ao Parâmetro do Sujeito Nulo, como podemos observar em (4):

(4) *Gave a flower to Mary.

³ “O parâmetro do sujeito nulo corresponde a uma propriedade gramatical que distingue línguas em que o sujeito de uma oração finita (ou com infinitivo flexionado) pode não estar foneticamente expresso de línguas em que o sujeito destas orações tem de estar expresso. Assume-se que o sujeito nulo é uma categoria pronominal vazia (Chomsky, 1981; Rizzi, 1982; Taraldsen, 1986)” (Kapetula 2016: 5).

2.2.2. Sujeito nulo em orações não finitas ou infinitivas

No entanto, apesar de o Português ser uma língua de sujeito nulo e o Inglês uma língua de sujeito não nulo no contexto de orações finitas, em orações não finitas, ou seja, infinitivas (flexionadas, em Português, e não flexionadas), podem ocorrer sujeitos sem realização fonética nas duas línguas.

O tipo de orações em que nos iremos concentrar serão as orações infinitivas não flexionadas, pelo facto de se pretender problematizar o estatuto do sujeito que antecede esse infinitivo.

Vejamos o exemplo (5):

- (5) a. *A Ana* quer [[-] fazer as malas].
b. *Ann* wants [[-] to pack].

Tanto em (5a) como em (5b), o sujeito não surge foneticamente realizado na oração infinitiva, mas podemos recuperar o sujeito que é argumento da oração subordinante e temos aqui um caso de correferência⁴ de sujeito da oração subordinada a sujeito da oração subordinante em ambas as línguas. Geralmente, o que se encontra representado como uma categoria vazia é interpretado também como correferente, o que aqui marcamos através de uma coindexação como em *A Ana_i quer [-]_i fazer as malas*.

Na verdade, a maioria das línguas do mundo não apresentam nenhum sujeito expresso em orações deste tipo, ou seja, em orações infinitivas não flexionadas, quer sejam línguas de sujeito nulo, quer sejam línguas de sujeito não nulo.

2.3. Sujeitos omissos em orações infinitivas não flexionadas

Como já afirmámos na subsecção 2.1., podemos questionar a verdadeira existência de um sujeito em orações infinitivas não flexionadas (como no já referido exemplo (5a) *A Ana quer fazer as malas*) devido ao facto de ele normalmente ser omitido, tanto em línguas de sujeito nulo como em línguas de sujeito não nulo, e de estas estruturas apresentarem alguma falta de autonomia em relação à oração principal, como aponta Lobo (2013). Com efeito,

⁴ “Fala-se em **correferência** quando dois elementos remetem para a mesma entidade extralinguística e em **referência distinta** quando dois elementos remetem para diferentes entidades extralinguísticas” (Lobo 2013: 2323).

nem sempre se identifica um sujeito nestas construções e nem sempre se atribui o estatuto de oração a estas construções.

No entanto, devemos considerar que efetivamente existe um sujeito nestas orações por razões de natureza semântica, porque tanto o verbo no infinitivo como o verbo da oração principal selecionam argumentos com propriedades semânticas distintas. Isto aplica-se ao Português e obrigatoriamente ao Inglês, porque apesar de o PRO corresponder a uma categoria vazia, por não ser provida de conteúdo fonético, a posição de sujeito deve surgir sempre projetada devido ao facto de o Inglês ser uma língua de sujeito não nulo e, por isso, exigir que essa posição seja preenchida, mesmo por uma categoria vazia, como afirmam Haegeman & Guéron (1999).

É por esta razão que se distinguem verbos como *pretender* ou *querer* (cf. (5a) *A Ana quer fazer as malas*) de outros verbos que podem ser auxiliares ou semiauxiliares como, por exemplo, *ir* como auxiliar de futuro, que não selecionam argumentos (cf. *A casa vai cair*).

Como iremos ver mais adiante, no processo de aquisição de construções de controlo, há verbos que emergem mais precocemente do que outros neste tipo de construções e que distinguimos por propriedades semânticas que eles possuem e que legitimam a existência de uma relação de controlo entre os sujeitos das duas orações.

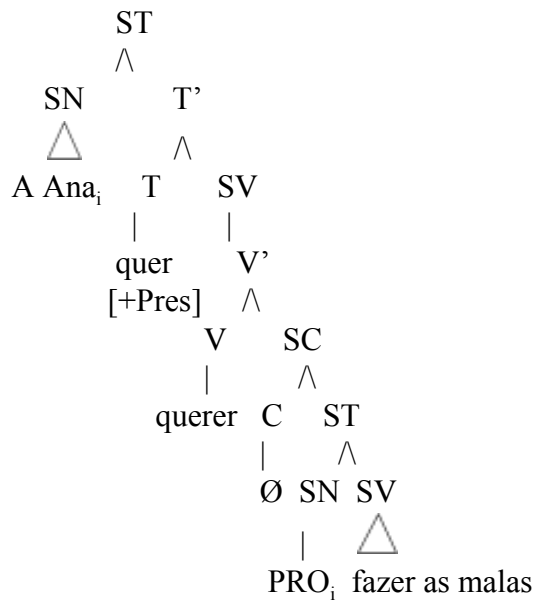
Vistas as particularidades das duas línguas no que diz respeito à subordinação completiva e em relação aos sujeitos nulos tanto em orações finitas como em orações infinitivas, veremos agora, na secção 3, o tipo de construções que nos propomos analisar neste trabalho.

3. Construções de controlo

As construções de controlo são aquelas em que um argumento de uma oração infinitiva não flexionada tem a sua referência fixada por um argumento da oração principal, como aponta Duarte (2003). A essa relação que se estabelece dá-se o nome de *controlo*, também designado *Equi-NP Deletion* na literatura generativa dos anos 60 e 70.

Verifiquemos a estrutura que se apresenta em seguida e que corresponde a uma estrutura possível para as construções que nos propomos analisar neste trabalho, sendo que a estrutura na Figura 1 representa a frase em (5a):

Figura 1. (5a) A Ana quer fazer as malas.



Como podemos verificar nesta estrutura, o SN da frase subordinada e o SN da frase matriz são identificados através do mesmo índice, ou seja, referem-se ao mesmo SN (neste caso, *a Ana*). A notação utilizada para estabelecer a relação de controlo será referida mais adiante.

Podemos ter diferentes tipos de controlo, entre eles, controlo de sujeito da oração infinitiva pelo sujeito, pelo objeto direto ou pelo objeto indireto da oração principal, como apontam Barbosa & Raposo (2013).

Neste trabalho, iremos debruçar-nos essencialmente sobre o controlo de sujeito da oração infinitiva pelo sujeito da oração principal.

Na subsecção 3.1. faremos uma distinção entre os dois tipos de controlo que as construções que contêm orações infinitivas não flexionadas podem ter.

3.1. Controlo obrigatório e controlo não obrigatório

Nas construções de controlo obrigatório (CO), o sujeito implícito da oração subordinada de infinitivo simples tem uma interpretação anafórica, como apontam Barbosa & Raposo (2013). Nestas construções, o sujeito implícito tem como antecedente um sintagma nominal da oração subordinante com função argumental, como em (6) e (7), em que o antecedente corresponde ao sujeito da oração principal:

(6) *Os médicos* desejam [[-] examinar a Ana]. (Barbosa & Raposo 2013: 1941)

(7) *The doctors* want [-] to examine Ann]. (adaptado de Barbosa & Raposo 2013)

Neste tipo de construções em que o sujeito da oração infinitiva é obrigatoriamente controlado pelo sujeito da oração principal, ele é representado através da notação *PRO*, como podemos verificar em (8) (e que é distinto de *pro*, o sujeito nulo de uma língua como o Português):

(8) *pro* julgou [*PRO* estar doente]. (Lobo 2013: 2322)

Pelo contrário, as construções de controlo não obrigatório (CNO) são aquelas em que a oração infinitiva tem a função de sujeito da frase complexa e o seu sujeito implícito não tem obrigatoriamente um antecedente na oração subordinante, como apontam Barbosa & Raposo (2013). Quando não há antecedente, o sujeito da oração infinitiva tem uma interpretação indefinida ou arbitrária (equivalente a ‘qualquer pessoa’ ou ‘pessoas em geral’), como podemos observar em (9) e em (10):

(9) É importante (*para as pessoas*) [-] não fumar nos recintos desportivos]. (Barbosa & Raposo 2013: 1941)

(10) [-] To be honest], it is worth a lot more. (Lyngfelt 2009: 33)

3.1.1. Construções de controlo obrigatório de sujeito e processos de aquisição

As construções que serão mais relevantes para análise no nosso trabalho serão as construções do primeiro tipo, ou seja, de CO de sujeito da oração subordinada a sujeito da oração subordinante.

Nestas construções, o sujeito implícito da oração infinitiva simples tem que ter obrigatoriamente a mesma referência que um dos argumentos da oração subordinante, que corresponde ao seu antecedente. Como podemos verificar em (6) e (7), o sujeito da oração infinitiva tem como antecedente o sujeito da oração principal (*os médicos/the doctors*), ou seja, é de natureza anafórica. Ao sintagma nominal que funciona como antecedente na oração subordinante dá-se o nome de *controlador* do sujeito implícito da oração infinitiva, como apontam Barbosa & Raposo (2013), Lobo (2013) e Santos (2017).

(11) a. *Os médicos* desejam [-] examinar a Ana]. (Barbosa & Raposo 2013: 1941)

b. *The doctors* want [-] to examine Ann]. (adaptado de Barbosa & Raposo 2013)

Isto leva-nos a questionar a natureza destas construções, o momento em que emergem e a representação que uma criança tem no seu conhecimento sintático.

Na pouca investigação documentada em relação à aquisição de estruturas de CO em Português, de acordo com Santos (2017), o interesse pelo estudo da aquisição de estruturas de CO tem-se pautado pela interpretação que as crianças atribuem a este tipo de frases e especialmente pela forma como interpretam a posição vazia de sujeito da oração infinitiva.

Os dados recolhidos para o Português por Agostinho (2014), referido por Gamas (2016) e Santos (2017), mostram que as crianças com as idades compreendidas entre os 3 e os 5 anos têm um comportamento próximo ao de um adulto ao interpretarem a categoria vazia na posição de sujeito da infinitiva quando o verbo é *querer* ou *conseguir* ((12)). Estes dois verbos são de CO de sujeito com um único argumento interno - a oração infinitiva.

(12) Os gatos querem/conseguem saltar o muro. (Santos 2017: 258)

Pelo contrário, nos casos em que temos verbos de controlo de objeto, como *ensinar* ou *prometer*, e em que o sujeito que não é realizado lexicalmente na oração infinitiva pode ser controlado pelo objeto direto (como no caso de *ensinar*), os resultados das crianças já não são tão próximos dos resultados dos adultos, de acordo com o que verifica Santos (2017).

O exemplo em (13), que é uma reprodução dos testes apresentados em Santos (2017), corresponde a estruturas que, contrariamente às de controlo de sujeito, são adquiridas mais tarde pelas crianças. O *item de teste* em (13) corresponde a um exemplo canónico de frase de controlo de objeto:

(13) *Contexto:* Um texugo, um ganso e um esquilo são vizinhos num bosque. É janeiro, e o Natal foi há pouco tempo. Chega o esquilo e diz para os outros dois: “Olhem o que me deram no Natal: um skate!” Então...

Item de teste: O texugo ensina o ganso a andar de skate.

Quem é que vai andar de skate?

Resposta esperada: O ganso. (controlo de objeto)

(Santos 2017: 261)

Nos casos em que as crianças consideram que o sujeito da oração infinitiva, que surge no contexto de um verbo de controlo de objeto, é controlado pelo objeto indireto em vez de ser controlado pelo sujeito da frase matriz, como podemos observar no exemplo em (14), em que há crianças que optam por “o coelho”. Isso poderá ter como explicação um

princípio como o *Minimal Distance Principle* de Rosenbaum (1967), que estipula que o controlador seja o sintagma nominal que se encontra mais próximo. Vejamos o exemplo apresentado por Santos (2017):

(14) *Contexto*: Numa casa vivem três animais: o pato, o galo e o coelho. São vizinhos dos animais da quinta. O pato diz um dia: “E se convidássemos alguns amigos para virem cá jantar?” Os outros dizem:

“Sim! Sim! É uma ótima ideia!” Então, dividem as tarefas, e...

Item de teste: O galo promete ao coelho cozinhar o jantar.

Quem é que vai cozinhar o jantar?

Resposta esperada: O galo. (controlo de sujeito)

(Santos 2017: 261)

Santos (2017) verifica que o verbo *querer* parece ser o que mais cedo aparece em estruturas completivas no discurso espontâneo das crianças e essas estruturas são produzidas antes ou por volta dos dois anos de idade.

Tal como em Português, no caso do Inglês, Landau & Thornton (2011) também mostram que uma criança monolíngue e que seja falante nativa da língua inglesa começa a produzir muito cedo, geralmente antes dos dois anos de idade, estruturas com o verbo volitivo *want* ((15)), ou seja, estruturas de controlo de sujeito:

(15) I want to see paper. (Landau & Thornton 2011: 926)

Testes efetuados por Carol Chomsky (1969) mostraram que a interpretação de crianças inglesas é próxima da dos adultos quando temos na oração infinitiva verbos como *dizer* (*tell*) - como podemos observar em (16) -, ou seja, nesse caso, elas entendem que existe controlo de objeto. No entanto, a interpretação das crianças é distinta da interpretação adulta quando temos verbos como *prometer* (*promise*) - como se pode verificar em (17) -, uma vez que consideram que há controlo de objeto em vez de haver controlo de sujeito:

(16) Bozo tells Donald to hop up and down. Make him.

(‘O Bozo diz ao Donald para saltar para cima e para baixo. Fá-lo saltar.’)

(17) Bozo promises Donald to do a somersault. Make him.

(‘O Bozo prometeu ao Donald fazer uma cambalhota. Fá-lo fazer isso.’)

(Chomsky 1969: 33, presente em Santos 2017: 260)

O que tentaremos ver na secção seguinte são os verbos que nas duas línguas licenciam controlo do sujeito da oração completiva pelo sujeito da oração subordinante.

4. Verbos que licenciam controlo do sujeito pelo sujeito da oração subordinante

Os verbos que determinam controlo pelo sujeito da oração subordinante a sujeito da oração subordinada pertencem a diferentes classes semânticas.

Como apontam Barbosa & Raposo (2013), os verbos mais típicos desta propriedade são aqueles que selecionam apenas dois argumentos: a oração infinitiva completiva e um sintagma nominal com função de sujeito.

Os verbos que licenciam construções de controlo com orações infinitivas não flexionadas em Português são: verbos declarativos, verbos de crença e conhecimento, verbos volitivos, verbos que designam “gostos”, atitudes subjetivas ou disposições do sujeito e os verbos diretivos, que ilustraremos passo a passo nos pontos seguintes. Iremos, além disso, verificar a forma como se comporta o Inglês quando temos uma *to-infinitive clause* no contexto dos mesmos verbos que são verificados para o Português.

A partir dos exemplos em Português e de exemplos correspondentes em Inglês, verificaremos se nas duas línguas as classes de verbos acima indicados têm a mesma propriedade.

4.1. Verbos declarativos

Temos, por um lado, os verbos declarativos, como *afirmar*, *dizer*, *negar*, etc., que, de acordo com Barbosa & Raposo (2013), selecionam uma oração infinitiva não flexionada em Português, como se pode observar em (18a), mas não selecionam *to-infinitive* em Inglês, como se verifica em (18b):

- (18) a. As raparigas afirmam *gostar de flores*.
b. *Girls say *to like flowers*.
c. Girls say (that) they like flowers.

A frase em (18b) é agramatical em Inglês devido ao facto de o verbo declarativo *say* não seleccionar *to-infinitive* e de não se poder ocultar o sujeito da oração infinitiva. Uma frase como (18c) já é aceitável na língua pelo facto de se exprimir um sujeito (*they*), que pode ou não ser correferente com o sujeito da frase matriz, e também pelo facto de o tempo ser finito. O complementador pode surgir expresso ou não na língua.

Assim, em Inglês, os verbos declarativos não são verbos típicos de controlo.

4.2. Verbos de crença e conhecimento

De acordo com Barbosa & Raposo (2013), temos também os verbos de crença e conhecimento, como *pensar*, *saber*, entre outros, que, como podemos verificar em (19a), podem seleccionar infinitivo não flexionado em Português, mas em Inglês já não seleccionam *to-infinitive*, como mostrado em (19b):

- (19) a. Os meus pais pensam *comprar um automóvel novo*. (Barbosa & Raposo 2013: 1942)
b. *My parents think *to buy a new car*.
c. My parents are thinking of buying a new car.

Como podemos verificar em (19b), a frase é agramatical pelo facto de o verbo *think* não seleccionar *to-infinitive*; neste caso, para haver controlo de sujeito a sujeito, é necessária uma alternativa como o Present Continuous (*are thinking (of)*) na oração subordinante combinado com Gerúndio (*buying*) na oração subordinada, como se pode verificar pela gramaticalidade de (19c).

4.3. Verbos volitivos

Os verbos volitivos como *desejar*, *pretender* e *querer*, como apontam Barbosa & Raposo (2013), são verbos que seleccionam infinitivo não flexionado em Português e também seleccionam *to-infinitive* em Inglês, como podemos verificar em (20a) e (20b), respetivamente:

- (20) a. Eu quero *sair*.
b. I want *to leave*.

4.4. Verbos que designam “gostos”, atitudes subjetivas ou disposições do sujeito

Os verbos que Barbosa & Raposo (2013) designam como ações que denotam “gostos”, atitudes subjetivas ou disposições do sujeito da oração principal relativamente à proposição representada pela oração subordinada como *adorar, ameaçar, conseguir, decidir, detestar, evitar, lamentar, ousar, preferir, procurar, prometer, recusar, suportar e temer*, podem selecionar infinitivo não flexionado em Português, mas não selecionam *to-infinitive* em Inglês, como podemos observar em (21a) e em (21b):

- (21) a. Eu detesto *ir ao centro comercial aos domingos*.
b. *I hate *to go to the shopping centre on Sundays*.
c. I hate going to the shopping centre on Sundays.

Em Inglês, o verbo *hate* não seleciona *to-infinitive*, como se pode observar em (21b), e este tipo de verbos combina-se com Gerúndio na língua para haver correferência de sujeitos, como se pode verificar pela boa formação de (21c).

4.5. Verbos diretivos

Os verbos diretivos como *implorar, insistir (com), pedir*, por um lado, e *exigir, impor, permitir, propor, recomendar*, por outro, selecionam infinitivo não flexionado em Português, mas não selecionam *to-infinitive* em Inglês. Observe-se (22a) e (22b):

- (22) a. Eu insisti em *saber o que se passava*.
b. *I insisted *to know what was going on*.
c. I insisted on *knowing what was going on*.

A agramaticalidade de (22b) deve-se ao facto de, em Inglês, um verbo como *insist* não selecionar *to-infinitive*. Pelo contrário, *insist* é um verbo que seleciona uma preposição (*on*) e que se combina com Gerúndio (*knowing*) para haver controlo de sujeito.

Pelo contrário, verbos como *exigir/to demand*, selecionam infinitivo não flexionado em Português ((23a)) e também *to-infinitive* em Inglês ((23b)).

- (23) a. Eu exigi *saber o que se passava*.
b. I demanded *to know what was going on*.

5. Características das construções infinitivas em Português e em Inglês

Podemos começar a explicitar um conjunto de particularidades que o Português e o Inglês partilham pelo facto de serem línguas que podem não apresentar sujeitos expressos em orações infinitivas não flexionadas.

Vistos os verbos que nas duas línguas podem seleccionar orações infinitivas de controlo de sujeito obrigatório - os verbos volitivos e um tipo de verbos dentro dos diretivos (como *exigir/demand*) -, temos uma semelhança a salientar entre as duas línguas neste tipo de estruturas.

De acordo com Lobo (2013), não é admitido em ambas as línguas a projeção de um sujeito antes do verbo da oração infinitiva (não flexionada, em Português), como se pode observar na adaptação do exemplo (5), quer ele seja o mesmo que o sujeito gramatical da oração principal, como se pode verificar em (24), quer ele seja distinto, como se pode verificar em (25):

- (24) a. */#A Ana quer [*ela* fazer as malas].
b. *Ann wants [*she* to pack].

- (25) a. *A Ana quer [*eles* fazer as malas].
b. *Ann wants [*they* to pack].

Como podemos verificar, as duas línguas têm um comportamento semelhante no que à expressão de sujeito na oração infinitiva diz respeito.

Note-se, contudo, que embora considerada agramatical pela maioria dos falantes frases como (24a), quando são produzidas com uma prosódia específica, são consideradas gramaticais por alguns falantes do Português, com uma leitura de correferência entre o pronome e o sujeito matriz e com uma focalização sobre o pronome sujeito. Neste caso, temos um exemplo de topicalização prosódica.

É de salientar o facto de que, em Português, se prefere o Conjuntivo, ou seja, um tempo finito, e o complementador *que* nos casos em que o sujeito da oração infinitiva é distinto do sujeito da oração principal, como em (25c) (cf. A Ana quer [*que* eles façam as malas]).

Em Inglês prefere-se o pronome no caso oblíquo quando o sujeito não é correferente (cf. Ann wants [*them* to pack]). Esta construção é designada construção de caso excepcional⁵,

⁵ A propósito deste tema, cf. Duarte (2003: 641-642) e bibliografia aí referida.

na qual parece ser o verbo da oração matriz a atribuir o caso àquilo que corresponderá ao sujeito da oração completiva.

Para além das diferenças que já verificámos na secção 4, relativamente aos verbos que podem seleccionar uma oração infinitiva nas duas línguas, há diferenças de outra ordem que pretendemos salientar.

Uma propriedade distinta entre as duas línguas e relacionada com o que é referido anteriormente é o facto de, em Português, poder ocorrer um sujeito pós-verbal na oração infinitiva ((26a)) e de em Inglês o mesmo não acontecer.

Mais uma vez, trata-se de um sujeito marcado e a alteração da ordem dos constituintes constitui uma estratégia de focalização sintática. Tal é impossível em Inglês, como evidenciado em (26b):

- (26) a. *A Ana quer fazer ela as malas.*
b. **Ann wants to pack she.*

Outra diferença que podemos salientar entre as duas línguas no que diz respeito a este tipo de orações tem que ver com o facto de, em Inglês, poder haver o fenómeno da contração de *want to* quando os sujeitos são correferentes, como se pode observar em (27b). Isto acontece porque o PRO que temos nestes casos é uma categoria vazia, mas que não se comporta como outras categorias vazias⁶. Na verdade, como aponta Hornstein (1999), o PRO é muito mais próximo de uma categoria como um sintagma nominal do que de uma verdadeira categoria vazia e deve ser entendido como a recuperação de um sintagma nominal que venha anteriormente.

- (27) a. não existe fenómeno equivalente em Português
b. They *wanna* go.

6. Considerações finais

Com este trabalho, pretendemos debruçar-nos sobre o fenómeno de controlo obrigatório de sujeito da oração subordinada pelo sujeito da oração subordinante em orações infinitivas não flexionadas em Português Europeu e tentar estabelecer uma comparação, ainda que muito incipiente, com o Inglês.

⁶ “PRO is restricted to ungoverned positions that are non-opaque in the sense of the theory of binding; and it must appear in positions where an NP is required but no Case is assigned (excluding phonetically-realized NP) and the position in ungoverned (excluding trace)” (Chomsky 1982: 74).

Assim, apontámos as particularidades das duas línguas relativamente a um tema que está intimamente relacionado com o fenómeno de controlo: o sujeito nulo. Apesar de ambas as línguas se comportarem de maneira distinta quando temos sujeitos nulos em orações finitas, o Português e o Inglês são semelhantes quanto à expressão de sujeitos nulos em orações infinitivas.

Tentando responder às três perguntas norteadoras para a realização do presente trabalho, verificámos que, de acordo com a investigação feita para as duas línguas, estas construções surgem cedo no conhecimento sintático das crianças portuguesas e inglesas. As estruturas de controlo de sujeito são as primeiras a consolidarem-se, em comparação com as construções de controlo de objeto direto e indireto, de acordo com os dados presentes em Santos (2017) e Chomsky (1969), e o verbo que as crianças começam por dominar é o verbo volitivo *querer/want*.

A existência de um sujeito na oração infinitiva é essencial pelo facto de ter um papel temático associado a esta posição mesmo que não seja foneticamente realizada.

Com a manipulação dos dados feita e de acordo com as descrições sintáticas das duas línguas, os verbos que parecem licenciar mais naturalmente as construções de controlo de sujeito em Português e em Inglês, exatamente nos mesmos contextos, são os verbos volitivos e um tipo de verbos dentro dos diretivos (como *exigir/to demand*).

Deixar-se-á para um trabalho futuro uma apresentação mais exaustiva das semelhanças e diferenças entre as duas línguas no que diz respeito a este fenómeno e também o estudo de controlo obrigatório de sujeito da oração subordinada pelo objeto direto e pelo objeto indireto de uma oração infinitiva na comparação entre as duas línguas.

REFERÊNCIAS

- Barbosa, P.; Raposo, E. P. 2013. “Subordinação argumental infinitiva”. In Raposo, E. B. P.; Nascimento, M. F. B.; Mota, M. A. C; Seguro, L.; Mendes, A. (orgs.), *Gramática do Português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, vol. II, pp. 1901-1977.
- Chomsky, C. 1969. *The Acquisition of syntax in children from 5 to 10*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press.
- Chomsky, N. 1982. *Lectures on Government and Binding*. Studies in Generative Grammar. Dordrecht - Holland/Cinnaminson - U.S.A: Foris Publications. pp. 74-79.
- Duarte, I. 2003. “Subordinação completiva - as orações completivas”. In Mateus, M. H. M.; Brito, A. M; Duarte, I.; Faria, I. H. (eds.), *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho, pp. 593-640.
- Gamas, F. M. A. 2016. *Aquisição da interpretação de sujeitos nulos em contexto de obviação referencial*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Haegeman, L.; Guéron, J. 1999. *English Grammar: a generative perspective*. Massachusetts: Blackwell Publishers Inc.
- Hornstein, N. 1999. “Movement and Control”. In *Linguistic Inquiry*, vol. 30, n. 1, Winter, pp. 69–96.
- Kapetula, J. G. K. 2016. *Interpretação dos sujeitos nulos no Português de Angola*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Landau, I.; Thornton, R. 2011. “Early child control”. In *Lingua* 121 (5), pp. 920-941.
- Lobo, M. 2013. “Sujeito nulo: sintaxe e interpretação”. In Raposo, E. B. P.; Nascimento, M. F. B.; Mota, M. A. C; Seguro, L.; Mendes, A. (orgs.), *Gramática do Português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, vol. II, pp. 2309-2333.
- Lyngfelt, B. 2009. Control phenomena. In Brisard, F.; Östman, J.-O.; Verschueren, J. (eds.) *Grammar, Meaning and Pragmatics*. Amsterdam: John Benjamins, pp. 33-49.
- Rosenbaum, P. S. 1967. *The grammar of English predicate complementation*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press.

Santos, A. L. 2017. “Alguns aspetos da aquisição de orações subordinadas completivas”. In Freitas, M. J.; Santos, A. L. (eds.), *Aquisição de língua materna e não materna: Questões gerais e dados do português*. Berlin: Language Science Press, pp. 249–273.